

## **SURDOS EM UMA COMUNIDADE DE PRÁTICAS: QUESTÕES SOBRE IDENTIDADE E LETRAMENTOS NO ENSINO SUPERIOR**

*Danielle Cristina Mendes Pereira Ramos* (UFRJ)  
[danielle@letras.ufrj.br](mailto:danielle@letras.ufrj.br)

### **RESUMO**

Este artigo pretende refletir sobre as conexões entre identidade e letramentos no contexto dos estudos superiores de surdos, a partir do arcabouço teórico do conceito de comunidade de práticas, de Eckert e Mc Connel-Ginet (1992), dos novos estudos de letramento (NEL), sobretudo no tocante às proposições de Street (2014) e Gee (2000), e dos estudos de semiótica social e multimodalidade, especialmente os postulados por Kress (2003). Apresentam-se, aqui, algumas reflexões advindas de uma pesquisa qualitativa, a partir de um estudo de caso com alunos surdos matriculados em uma instituição pública de ensino superior, cujo foco era o processo de negociações e de tessitura de identidades que perpassava a relação destes alunos com a língua portuguesa como L2.

### **Palavras-chave:**

**Letramento. Comunidade de práticas. Identidade. Surdo.**

A luta da comunidade surda por uma legislação que contemplasse o reconhecimento de sua língua – a língua brasileira de sinais (libras) encontrou amparo na Lei 10.436/2002, a chamada “Lei de Libras”, a qual oficializou a libras como língua oficial brasileira.

A legislação brasileira abriu espaço não apenas para o reconhecimento da libras como língua oficial, mas também estabeleceu uma série de políticas visando à inclusão da comunidade surda, entre as quais destacamos a compreensão de que

o surdo tende a possuir como L1 libras e como L2 a língua portuguesa, o que lhe garantiria processos de avaliação específicos; e a inserção da disciplina libras em todos os currículos de cursos superiores de licenciatura. Com essa ação, pretendeu-se garantir condições de comunicação entre os docentes da educação básica e os seus alunos surdos – ainda que possamos problematizar o quanto a oferta de libras em apenas um período possa garantir a efetividade desta comunicação.

Outro aspecto relevante da legislação brasileira no aspecto aqui explorado trata da abertura de cursos de graduação em letras-libras, nas modalidades de bacharelado e de licenciatura, tendo em vista, respectivamente, a formação de intérpretes e tradutores, e de professores do segundo segmento do ensino fundamental e do ensino médio. Todas essas ações teriam como escopo tanto reconhecer a libras, como a própria cultura e identidade surda a ela profundamente vinculadas.

Ainda que reconheçamos a heterogeneidade presente na população surda brasileira e, sobretudo, a construção de identidades como movimentos contínuos e instáveis que não admitem uma percepção de naturalidade, exceto como ilusória, assumimos neste texto a categoria “comunidade surda” como uma construção cultural em permanente negociação, organizada e vivida por um grupo que encontra na língua, na libras, um eixo fulcral para a compreensão de aspectos de sua identidade como ser social. Como em quaisquer grupos, tais aspectos estabelecem-se no enfrentamento de relações experimentadas tanto no interior do grupo quanto no tocante à alteridade, frente à qual é fundamental afirmar-se em suas diferenças.

Diante do cenário apresentado, a inserção do surdo na educação superior arvora-se em uma paisagem complexa e, muitas vezes, contraditória no que tange às proposições do texto legal e às práticas concretizadas na realidade acadêmica. Interessa-nos, aqui, pensar as maneiras pelas quais essa inserção se estabelece, explorando como chave de leitura uma

questão específica: os processos de letramento em língua portuguesa de um grupo de graduandos surdos e como nestes implicam-se questões de poder e de identidades. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, através de estudo intrínseco de caso, a qual teve como objeto um grupo de sete licenciandos surdos do curso de letras-libras, matriculados em uma universidade pública brasileira, em uma disciplina de produção textual em língua portuguesa.

Como ponto de apoio para essa discussão, pareceu-nos fundamental, em primeiro lugar, reconhecer as especificidades do letramento surdo. Esse reconhecimento firmaria a sua distinção de um modelo de letramento acadêmico dominante, e estabeleceria a diferença da escrita surda, o que não implicaria a sua inferioridade.

A escrita é um aspecto singular da cultura; aqui, ajudamos as reflexões de Bhabha, ao compreenderem a diferença cultural como um processo de significação (no que se oporia a categoria de diversidade cultural) pelo qual “enunciados sobre ou em uma cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade”. (BHABHA, 1998, p. 63)

No esteio dessa proposição, isto é, a de compreender a diferença cultural presente na escrita surda, encontramos nas propostas teóricas dos novos estudos de letramento (NEL) elementos que complementam e reforçam substancialmente a perspectiva por nós defendida, especialmente por postularem e reconhecerem a pluralidade das práticas e eventos de letramentos, dada sua natureza sociocultural e sociolinguística e o seu vínculo a contextos e situações múltiplas.

Dessa forma, Street (2014) percebe que a essa concepção sobre os letramentos, *conceituada* por ele como ideológica, opõe-se a que entende o letramento como um modelo autônomo, isto é, único, neutro, divorciado da pluralidade social, cul-

tural e linguística, como uma habilidade passível de ser ensinada e que se situa, tão exclusivamente, na capacidade subjetiva. Alinhado à percepção de Street sobre o modelo ideológico de letramento, Gee (2000) defende a conexão entre os sentidos presentes nos processos de leitura e de escrita e os contextos *socioculturais*.

Consideramos como essenciais às reflexões por nós desenvolvidas neste trabalho tais proposições de Street e de Gee, pois estas amparam a nossa compreensão dos graduandos surdos como um grupo que vivencia múltiplas práticas e eventos de letramento, tanto no ambiente universitário como em outros ambientes e situações. Destarte, apontamos esse grupo como uma comunidade de práticas, qual seja, como membros de uma comunidade que comunga de eventos e práticas de letramentos específicos, sendo:

*An aggregate of peoples who come together around mutual engagement in an endeavor. Ways of doing things, ways of talking, values, power relations – in short, practices – emerges in the course of this mutual endeavor. As a social construct, a CoFP is different from the traditional community, primarily because it is defined simultaneously by its membership and by the practice in which that membership engages. (ECKERT & MCCONNELGINNET, 1992, p. 464)*

Acreditamos que o grupo de graduandos aqui analisado lida e compreende de maneira singular as práticas de escrita, uma vez que a sua primeira língua, libras, é uma língua visual e espacial, por excelência. Ainda que exista a *sign writting*, a escrita de sinais, essa modalidade não era a dominante no cotidiano dos alunos, que raramente a usavam. A escrita dos surdos em língua portuguesa, pois, é uma prática em segunda língua, com especificidades, como, por exemplo, a ausência de flexão verbal e de conectivos, o que se vincula à própria estrutura de sua L1. Desse modo, a escrita dos alunos surdos diverge do padrão acadêmico, apoiado no discurso normativo es-

crita e oral, modalidades que se afastam da natureza da L1 surda.

A universidade, de modo geral, tende a apoiar-se em uma tradição logocêntrica que percebe o texto escrito e oral como elementos imprescindíveis para a construção do conhecimento acadêmico. Ao reconhecermos o grupo estudado como uma comunidade de práticas com formas peculiares de letramentos, nós identificamos estas formas como em tensão aos padrões estabelecidos pelo ambiente universitário, os quais são, muitas vezes, marcados por uma percepção de letramento autônomo. (STREET, 2014)

Essa tensão acaba por abrir caminho para o não reconhecimento da diferença cultural surda e por reforçar preconceitos que alimentam uma pretensa superioridade de formas consagradas de letramento, considerando-as como absolutas, e afasta-se da percepção do letramento ideológico (STREET, 2014), recusa a sua compreensão como fenômeno político e sociolinguístico, marcado pela pluralidade cultural e, assim, e abre espaço para o reforço de preconceitos, como os que, de modo absolutamente equivocado, apontam o sujeito surdo como analfabeto e limitado cognitivamente.

As formas de lidar com a língua portuguesa dentro de um contexto formal de ensino, no caso o de ensino superior, revelam proposições relativas à própria percepção da identidade dos membros do grupo, tecidas no enfrentamento de questões concernentes aos usos da língua portuguesa e ao modo como essas se cruzam com situações de poder e, portanto, também de fragilidade, que revelam negociações referentes aos modos de ocupação do espaço, físico e simbólico, acadêmico.

Uma questão ligada a todo esse quadro, bastante polêmica, versa sobre o lugar da leitura acadêmica na realidade do aluno surdo. Como visto, essa leitura ocorrerá em segunda lín-

gua, a portuguesa, e exige uma competência leitora complexa. Como lidar com um ensino universitário que se exime dos processos de leitura? Se isso não for possível, como se pode pensar o lugar e a importância da língua portuguesa para a educação superior do surdo? Com vistas ao estabelecimento dessa discussão, foi proposto aos alunos, na aula de produção textual um texto, sem fins avaliativos, que versasse sobre o assunto.

O enfrentamento dessa situação pelos surdos é heterogêneo, assim como a opinião do grupo sobre o ensino de língua portuguesa como L2. À exceção de uma aluna que defendia a necessidade do domínio de língua portuguesa pelos graduandos surdos iniciantes, para que tivessem condições de cursar a universidade, os demais não acreditavam ser legítima a cobrança prévia deste conhecimento. Entretanto, quando foi pedido aos alunos do grupo que escrevessem sobre a importância da língua portuguesa para o surdo, em um texto opinativo que poderia contemplar a oposição, todos afirmaram tal importância.

Esse quadro aponta para um contexto de inserção dessa comunidade de práticas em um ambiente no qual prevalece a língua portuguesa como mediadora por excelência da construção do conhecimento, em fricção com a condição minoritária da libras, e de uma percepção do mundo por ela constituída. Estabelece-se nos discursos por eles produzidos, dentro e fora das aulas, espaços de negociação, e não apenas contradições. Como o Discurso articula modos de ser e de estar no mundo e vincula-se às identidades, modulando e conformando-as (GEE, 2000, p. 2), podemos derivar dessa proposição que os discursos elaborados pelos alunos trazem à tona índices dos jogos de identidade que constantemente negociam em um mundo acadêmico dominado pela língua portuguesa.

Dessa forma, são reveladas crenças como a da inutilidade do conhecimento da língua portuguesa para as relações in-

ternas entre a comunidade de práticas e a comunidade surda, de um modo mais amplo. A importância do aprendizado da língua portuguesa diria respeito ao fato dela ser a língua predominante no país e de que a maioria das informações estaria nesta língua. Em nenhum momento atrelou-se a importância de conhecer a língua portuguesa ao desenvolvimento da discursividade, através dos processos de leitura. Como segunda língua, a língua portuguesa é identificada, em via dupla, tanto pela potência de integração quanto como marca da alteridade, o que permite destacar a própria identidade.

Outro ponto recorrente nos textos foi o destaque dado à normatividade da língua portuguesa e ao desejo de dominar o modelo padrão. Nos textos, a maioria dos alunos sublinhou a sua dificuldade no domínio da L2 e não se referiu a si como usuário da língua portuguesa, embora todos participassem cotidianamente de práticas de letramento, sobretudo nos espaços informais das redes sociais. A percepção de letramento que emerge dos textos situa-se no modelo autônomo, alheio à sua dimensão social e política.

Os processos de letramentos foram entendidos pelos alunos como habilidades técnicas. Esse quadro sublinha a importância de trabalhar junto aos alunos a reflexão metalinguística e a percepção da natureza social e cultural dos letramentos, enfim, de dar “consciência da natureza social e ideologicamente construída das formas específicas que habitamos e que usamos em determinados momentos” (STREET, 2014, p. 23). Diante do exposto, defendemos que o trabalho de leitura e escrita em língua portuguesa como L2 para surdos deva sempre considerar a reflexão do aluno sobre a dimensão política dos letramentos, a sua pluralidade e o papel que estes ocupam em sua vida.

Se os textos elaborados pelos alunos postulam a língua portuguesa como uma ferramenta de inclusão na sociedade brasileira, por outro lado a sua condição dentro do espaço uni-

versitário foram nestes silenciada. As discussões estabelecidas em libras, dentro e fora da sala de aula, que polemizam o papel da língua portuguesa na experiência universitária não encontraram eco no texto escrito. As referências às práticas e eventos de letramentos em língua portuguesa, à exceção de um texto, não eram relativas ao contexto da universidade. Percebem-se, então, operações discursivas nas quais emerge a pretensa neutralidade do enunciador, no sentido de esconder a sua posição no *locus* universitário.

Para Street,

a transferência de letramento de um grupo dominante para aqueles que até então tinham pouca experiência com a leitura e a escrita implica muito mais do que transmitir algumas habilidades técnicas, superficiais. Ao contrário, para aqueles que recebem o letramento novo, o impacto da cultura e das estruturas político-econômicas daqueles que o transferem tendem a ser mais significativos que o impacto das habilidades técnicas associadas à leitura e à escrita. As mudanças de significado associadas a tais transferências se localizam em níveis epistemológicos profundos, levantando questionamentos sobre o que é a verdade, o que é conhecimento e quais são as autênticas fontes de autoridade. (STREET, 2014, p. 31)

A proposição de Street ajuda-nos a ler esse silêncio. A comunidade de práticas estudada é, claramente, um grupo com uma experiência em leitura e escrita radicalmente diferente dos grupos que dominam o espaço simbólico e físico da universidade. Fora de quaisquer percepções do letramento como letramento (STREET, 2014) único e modelar, podemos compreender com facilidade que as tensões que envolvem as formas diversas de letramento produzidas e vivenciadas pelos surdos dizem respeito a dimensões muito mais profundas, às lutas pela autoridade, e à defesa de visões sobre o conhecimento e a verdade que se atrelam intimamente à manutenção de grupos no poder.

A mudança paradigmática da palavra escrita e do livro como modo e meio privilegiados de letramento para a imagem

e a tela (KRESS, 2003, p. 1) estabelecida em fins do século XX, dentro do contexto da globalização e das novas tecnologias de informação, anunciou novos modos de letramentos e de economia do conhecimento. Essa percepção ainda encontra obstáculos diante da predominância da postura acadêmica centrada na escrita, entretanto.

A presença dos surdos na universidade pode converter-se em uma chave importante para problematizar o caso em tela, abrindo espaço para um discurso acadêmico que compreenda formas plurais de letramento, fora do modelo autônomo. Acreditamos ser esse um caminho para refletir sobre como a condição plural e ideológica dos letramentos está associada às questões de identidade, o que certamente levará à resistência diante de contextos de exclusão.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Edufmg, 1998.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais – libras e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/110436.htm>>.

Acesso em: 10-02-2015.

ECKERT, Penelope; MCCONNELL-GINET, Sally. “Think Practically and Look Locally: Language and Gender as Community-Based Practice”. In: ROMAN, Camille et al. *The Women and Language Debate*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1992.

GEE, James Paul. The New Literacy Studies: from "socially situated" to the work of the social. In: BARTON, David et al. *Situated Literacies: reading and writing in context*. London, Routledge, 2000.

KRESS, Gunther. *Literacy in the new media age*. London: Routledge, 2003.

PEREIRA, Danielle; MUNIZ, Valéria. Surdos em um Mundo Multimodal: um olhar sobre os elos entre ensino de língua portuguesa e novos gêneros textuais. *Democratizar*, vol. VIII, n. 1, ago./dez., p. 13-24, 2015.

SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

STREET, Brian. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. São Paulo: Parábola, 2014.